

A OFICIALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DA BATALHA DO TUIUTI COMO O DIA MAIS IMPORTANTE DO CALENDÁRIO COMEMORATIVO DO EXÉRCITO BRASILEIRO: A VITÓRIA DE UM PROJEITO SIMBÓLICO CIVIL PARA A MEMÓRIA MILITAR (1894-1901)

RODRIGO PEREZ OLIVEIRA

RESUMO

Esse trabalho propõe a análise da oficialização, em 1901, do dia 24 de maio, aniversário da Batalha do Tuiuti (1866), como a data mais importante do calendário comemorativo do Exército Brasileiro. Investigando o contexto social e político da República brasileira na época é possível perceber que a construção dessa memória foi o desenlace de um projeto político/simbólico, idealizado e posto em prática pelos governos civis de Prudente de Moraes e Campos Sales, que contaram com a ajuda de setores do oficialato do Exército, destinado a desmilitarizar a política nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Memória Oficial, Exército Brasileiro, Guerra do Paraguai.

ABSTRACT

This work aims to analyze the formalization in 1901 of May 24, the anniversary of the Battle of Tuiuti (1866), as the most important date of the celebration calendar of the Brazilian Army. By Investigating the social and political context of the Brazilian Republic of that age, it is possible to observe that the construction of this memory was the official outcome of a political / symbolic, designed and implemented by civil governments of Prudente de Moraes and Campos Sales, which could count on the help of sectors of the officers of the army, to demilitarize the national policy.

KEYWORDS: Memory, Brazilian Army, Paraguay War.

Introdução

“O lustro da existência, que hoje completa a República Brasileira, tem sido de lutas quase permanentes com adversários de toda espécie, que têm tentado destruí-la, empregando para isso todos os meios (...) essa luta foi travada pela coligação de todos os inimigos, a vitória da República foi decisiva para provar a estabilidade das novas instituições, que tiveram para defendê-las a coragem, a pertinácia e a dedicação do benemérito chefe de estado, auxiliado eficazmente pelas forças de terra e mar. Graças a Deus e aos esforços do saudoso Floriano Peixoto a República hoje navega em águas mais calmas. A tempestade passou. É chegado o momento da liberdade e da democracia!” (Jornal “O Paiz”. 16 de novembro de 1894).

(Prudente de Moraes, Presidente da República entre 1894 e 1898, em manifesto publicado na imprensa carioca em 16 de novembro de 1894.)

“Conto com a dedicação de todo pessoal da escola para o bom êxito de sua administração, certo de que os seus intuitos de bem servir ao governo que ora dirige os destinos da nação serão eficazmente secundados por aquele glorioso estabelecimento militar, que em seu passado foi sempre um elemento de ordem e respeito ao princípio da autoridade, a que a força armada principalmente tem por dever acatar e obedecer; condições estas imprescindíveis para a tranquilidade da pátria e estabilidade de seus governos.”

(Jornal “A Gazeta de Notícias. 02 de fevereiro de 1895).

(General Jacques Joaquim Mendes Ourique, diretor da Escola Militar da Praia Vermelha entre 1895 e 1898, na sua primeira Ordem do Dia em 02 de fevereiro de 1895.)

Tanto as palavras de Prudente de Moraes como as de Jacques Ourique são fundamentais para a reflexão que pretendo desenvolver nesse artigo na medida em que traduzem aquele que foi o grande projeto idealizado pelo grupo político que assumiu a Presidência da República brasileira em novembro de 1894. Tanto Prudente de Moraes como Jacques Ourique acreditavam que a República já estava consolidada; realmente, salvo raras exceções, como por exemplo, o escritor paulista Eduardo Prado, os monarquistas inconformados foram desmobilizados pela violenta repressão desenvolvida pela ditadura florianista (JANOTI, 1992).

Prudente de Moraes, sucessor de Floriano Peixoto, reconheceu a importância da “coragem, a pertinácia e a dedicação do benemérito Marechal” para a consolidação das novas instituições. Contudo, ao mesmo tempo em que o primeiro Presidente civil manifestou publicamente sua gratidão ao seu antecessor, deixou claro qual seria o principal desafio dos civis que, ligados diretamente aos interesses das oligarquias cafeicultoras, controlariam a partir de então, e até 1930, os rumos da República brasileira: pacificar a conduta política do Exército e reconduzir os militares à caserna, retirando-os da arena política.

Isso também está claro na primeira ordem do dia do General Jacques Ourique como diretor da Escola Militar da Praia Vermelha. O novo diretor, que assumiu o comando da mais importante instituição de ensino militar do Brasil após a exoneração do General Francisco Raymundo Ewerton Quadros, empossado no cargo por Floriano Peixoto em dezembro de 1892 (ALMANAK MILITAR, 1898), deixou claro desde o início sua fidelidade ao novo governo. Jacques Ourique iniciou um programa, que o General Teixeira Jr, diretor da escola militar no quadriênio Campos Sales, deu prosseguimento, de disciplinarização da conduta política dos alunos da Escola Militar. Esse empreendimento não se mostrou bem sucedido visto que após anos de indisciplina

a Escola foi fechada em 1904, em virtude do envolvimento de seus alunos na Revolta da Vacina (CARVALHO, 1987).

O desenvolvimento desse projeto político esteve longe de ser harmônico. Segundo Luiz Antônio Simas, Prudente de Moraes administrou as forças armadas de forma completamente diferente de como havia feito Floriano Peixoto; o primeiro Presidente civil da República Brasileira reduziu os efetivos do Exército, prestigiou a Brigada Policial, dando-lhe o caráter de força de segurança privada, promoveu oficiais contrários à participação castrense na política e negou promoções aos que dela participavam. Isso desagradou profundamente os jacobinos, que constituíram a principal base de apoio à ditadura militar chefiada pelo Marechal Floriano Peixoto entre 1891 e 1894. (SIMAS, 1994).

Na tentativa de desmilitarizar a política nacional, os governos civis atuaram em diferentes frentes: promoveram uma intensa repressão aos militares indisciplinados, implantaram um amplo projeto de reformulação institucional do Exército e, o que mais me interessa, desenvolveram uma determinada memória da Guerra do Paraguai que foi oficializada em 24 de maio de 1901. Nesse momento, quando Campos Sales era Presidente da República, o aniversário da batalha do Tuiuti (24 de maio de 1866), a maior da Guerra do Paraguai (DORATIOTO, 2002), se tornou a principal data do calendário simbólico do Exército, posição que ocuparia até 1923, quando o dia 25 de agosto, aniversário de nascimento de Luis Alves Lima e Silva, o duque de Caxias, foi alçado ao topo da hierarquia simbólica dessa corporação (CASTRO, 2002).

É exatamente a oficialização dessa memória o problema que motivou esse trabalho. Em um ambiente político marcado por violentos conflitos entre militares rebeldes, especificamente a “mocidade militar”, ou seja, os estudantes da Escola Militar da Praia Vermelha, e a administração maior da República Brasileira, as autoridades, militares e civis, colocaram em prática um projeto de disciplinarização política que teve como faceta simbólica a demarcação do dia 24 de maio como a principal data da história militar brasileira.

Visando organizar melhor os argumentos optei em dividir o texto em três partes: na primeira eu apresento ao leitor um mapeamento dos governos de Prudente de Moraes e Campos Sales, dando atenção especial aos conflitos entre o governo federal e sua oposição urbana, representada, principalmente, pelos alunos da Escola Militar da Praia

Vermelha, adeptos do jacobinismo florianista, e entre os políticos da base aliada e os da oposição legislativa, que no congresso era representada pelo Partido Republicano Federal; na segunda parte eu analiso, tendo como foco a fundação do serviço do Estado Maior e os textos publicados na “Revista Militar”, especificamente o projeto de reformulação institucional proposto pelo governo para o Exército e o desenvolvimento de uma escrita “científica e desprovida de paixões” (REVISTA MILITAR, Janeiro de 1899: 3) da história militar; na terceira e última parte eu examino a articulação entre o governo civil e a cúpula militar para a oficialização de uma memória “civilista” da Guerra do Paraguai.

A República Civilista X a República Militar: o Conflito entre os Jacobinos e os Governo Cívicos de Prudente de Moraes e Campos Sales

O paulista Prudente de Moraes foi empossado na magistratura maior da República em 15 de novembro de 1894, momento em que chegou ao fim a hegemonia política dos militares, que comandavam a política nacional desde novembro de 1889, quando foi implantado o novo regime. Floriano Peixoto entregou contrariado o poder ao seu sucessor; a insatisfação do “marechal de ferro” ficou evidente no momento da posse, quando ele não compareceu para participar da cerimônia destinada a marcar o início do mandato do primeiro Presidente civil da República.

A sucessão presidencial marcou o fim da presença de figuras do Exército na Presidência da República, com exceção do Marechal Hermes da Fonseca, eleito para o quadriênio 1910-1914, os militares não mais voltariam ao poder na Primeira República. Além disso, a atividade política dos militares como um todo declinou. O clube militar, que coordenava essas atividades, ficou fechado entre 1896 e 1901 (SOUZA, 1972). Contudo, esse afastamento não teve nada de harmônico; nos governos de Prudente de Moraes e Campos Sales radicalizou-se a animosidade, já existente no governo de Floriano Peixoto, entre as oligarquias civis e o republicanismo militar dos jacobinos, concentrados no Rio de Janeiro. É na dinâmica do conflito entre os dois primeiros governos civis e os jacobinos que pretendo analisar a oficialização da memória da batalha do Tuiuti.

A principal característica da ação jacobina era a violência com a qual o grupo tratava seus adversários políticos. Isso ficou muito claro já nos primeiros meses do governo de Prudente de Moraes, em janeiro de 1895, quando os jacobinos invadiram e destruíram as tipografias de alguns jornais, tais como o “Jornal do Brasil” e o “Correio da Tarde”, que se propuseram a investigar possíveis crimes cometidos pelas forças legalistas durante a Revolta da Armada. A “Gazeta de Notícias” publicou no dia 21 de janeiro uma nota que repudiava essas agressões e apresentava solidariedade para com os agredidos:

Esses dois jornais têm dado publicidade a fatos que se deram durante a revolta e que evidenciam a transposição dos limites traçados pela nossa lei fundamental ao poder executivo, na vigência do Estado de Sítio, decretado por motivo de salvação da República. O processo adotado pelos agressores é o pior possível, principalmente para a causa que eles esposam. A vida do indivíduo não chega a ser um instante na vida das nações, e quando se escrever a história da revolta, as tentativas feitas para impedir a discussão dos atos praticados serão o mais forte dos argumentos contra quem os praticou ou consentiu que alguém os praticasse (Jornal “A Gazeta de Notícias”, 21 de janeiro de 1895).

Os conflitos entre a “mocidade militar” e os jacobinos eram particularmente violentos nos dias 29 de junho, quando aconteciam as cerimônias comemorativas do aniversário de morte de Floriano Peixoto, que falecera em 1895. Nessas ocasiões os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha promoviam atos públicos que ao mesmo tempo cultuavam o Marechal e hostilizavam o governo civil, que não relutava em reprimir violentamente essas manifestações. Os conflitos eram sangrentos e geralmente tinham como saldo crises políticas nas quais membros do legislativo, políticos ligados ao *Partido Republicano Federal*, criticavam a ação do governo. Analiso dois casos específicos: os conflitos de 1898 e 1899.

O dia 29 de junho de 1898, terceiro aniversário da morte do Marechal Floriano, foi marcado por um violento conflito entre a polícia e os alunos da Escola Militar. O fato repercutiu na Câmara dos Deputados e criou certo constrangimento ao governo. Contrariando as determinações do General Teixeira Jr, os alunos organizaram uma grande *meeting* em frente ao Cemitério São João Batista, onde foi sepultado o Marechal Floriano. O tumulto deixou, entre policiais e manifestantes, 23 feridos, dois mortos e uma enorme crise política (Jornal “A Tribuna”, 01 de julho de 1898). O deputado

Sebastião Barroso, membro do Partido Republicano Federal, apresentou uma monção de repúdio contra o governo. De acordo com as palavras do parlamentar, publicadas no jornal *A Tribuna*:

Tudo tem o seu limite e ficaria magoado comigo mesmo se algum dia alguém me dissesse que com meu silêncio aplaudi as cenas que esse doente do ódio, esse prisioneiro do medo mandou anteontem praticar no cemitério S. João Batista. Não é de hoje que o governo persegue vorazmente os jovens mancebos da Escola Militar. Qual é o medo? O Marechal Floriano Peixoto já faleceu e o governo quer a todo custo apagar os seus feitos da memória nacional (Jornal “A Tribuna”, 03 de julho de 1898).

O mal estar foi tão grande que Campos Sales compareceu pessoalmente à Câmara para responder às críticas do deputado Barroso. Segundo o Presidente, os responsáveis pelas manifestações não passavam de “arruaceiros que já criaram muitos transtornos a essa capital”. Em relação aos alunos da Escola Militar, Campos Sales afirmou que:

(...) precisam esses meninos ser educados nas lições do verdadeiro patriotismo. Ser militar não significa ser violento. Ser patriota não significa supor que ninguém mais possa ser também. O comportamento desses meninos é resultado de anos de abandono. Por muito tempo o governo tratou com descaso o ensino militar. A Monarquia permitiu a bacharelização do exército e o governo de Floriano, a quem eu não nego méritos na consolidação das instituições republicanas, alimentou os ódios dos soldados que em qualquer país civilizado são amigos do governo (Jornal “A Gazeta de Notícias”, 30 de junho de 1898).

Os conflitos do dia 29 de junho de 1899 foram ainda piores que aqueles do ano anterior e mais uma vez apresentaram repercussões políticas. O cenário é bastante parecido com o que havia acontecido em 1898; os estudantes da Escola Militar outra vez contrariaram as determinações do General Teixeira Jr e promoveram uma cerimônia no cemitério São João Batista. Mais uma vez foi violento o choque entre os estudantes e as forças governistas. O saldo do conflito foi 36 feridos e 8 mortos (Jornal “A Gazeta de Notícias”, 30 de junho de 1899). A reação da direção da Escola Militar foi imediata, o General Teixeira Jr desligou da instituição os segundos Tenentes Arthur de O. Almeida, Augusto Freyre da Silva Sobrinho, Jose Ribeiro Gomes e Isidoro Leite da Silva Araújo,

acusados de liderar a “baderna no cemitério de São João Batista” (Jornal “A Tribuna”, 02 de julho de 1899).

Novamente a repressão partiu da ação conjunta entre o Ministério da Guerra, a Direção da Escola Militar e a Presidência da República, o que evidencia a cooperação de setores do oficialato militar com o projeto de disciplinarização política idealizado pelo governo civil. Não podemos esquecer que em aspecto algum o Exército era homogêneo; existia um grupo de oficiais que desejava um Exército moderno, sem envolvimento político e preocupado apenas com assuntos inerentes à profissão das armas. Os principais representantes desse grupo foram o General Medeiros Mallet, Ministro da Guerra durante o governo de Campos Sales, o General João Thomaz de Cantuária, o primeiro chefe do serviço de Estado Maior e o General Teixeira Jr, comandante da Escola Militar entre 1898 e 1902.

Por outro lado, também havia oficiais com grande importância institucional que faziam oposição ao governo e reivindicavam o direito à atuação política. O grande representante desse grupo foi Lauro Sodré, oficial do Exército e Deputado Federal pelo Estado do Pará na legislatura 1898-1902. O político-militar discursou na Câmara dos Deputados em protesto ao tratamento dispensado pelo governo aos militares. Lauro Sodré falou em defesa do direito de expressão política do soldado e afirmou que punir militares por expressarem suas simpatias por Floriano Peixoto representava uma ofensa ao regime de liberdades inaugurado em 15 de novembro.

Nós militares devemos, sob a republica, ir por diante e fazer com que realmente, sob um regime de liberdades proclamadas, nós não sejamos vilipendiados e garroteados, em contraste com os tempos do Império, quando tínhamos a autoridade de oposição aos rumos corruptos da política (Jornal “A Tribuna”, 05 de julho de 1899).

Lauro Sodré manifestou claramente o desejo de que os militares possuíssem, como qualquer outro cidadão, o direito à ação política. O Deputado chegou a considerar a atual posição do Exército inferior àquela dos tempos do Império, quando a corporação, a despeito da menor posição institucional que ocupava, ainda tinha força para combater “as imoralidades” do governo. O posicionamento de Lauro Sodré mostra que a pacificação da conduta política dos militares não seria uma tarefa das mais fáceis,

ela demandaria tanto a violência policial como o investimento simbólico presente na releitura da memória da Guerra do Paraguai desenvolvida na oficialização do aniversário da Batalha do Tuiuti como a principal data do calendário comemorativo do Exército.

Antes de analisar especificamente os rituais cívico/militares que foram promovidos na ocasião da oficialização da memória da Batalha do Tuiuti, é necessário dedicar alguma atenção ao esforço institucional empreendido pelas autoridades, civis e militares, visando a despolitização do Exército. Faço isso por entender que as apropriações simbólicas não são formuladas no vazio; elas dialogam com a lógica política e social característica do seu tempo de produção (BOURDIEU, 2007).

Ainda no governo de Prudente de Moraes foi assinado, em outubro de 1896, a lei que criou o serviço de Estado Maior do Exército e a Intendência Geral da Guerra, que substituíram as intendências de Ajudante-General e de Quartel-Mestre. O primeiro artigo da lei 403 definiu claramente qual seria o objetivo do recém-fundado EME:

À repartição do chefe do Estado-Maior deve caber o trabalho de organização e regulamentação dos diversos serviços do Exército e de tudo o que concerne e possa interessar às operações de guerra (...) À medida em que forem se organizando as repartições ora criadas, ficarão suprimidos as repartições de ajudante e quartel mestre generais (ESTEVES, 1996).

O 13º artigo dessa lei deu ao recém fundado Estado-Maior a obrigação de “organizar uma publicação mensal destinada ao progresso da ciência militar” (ESTEVES, 1996: P. 05). Essa publicação foi a “Revista Militar”, que durante toda a sua existência (1899-1908), foi editada pelo General João Thomaz Cantuária, que no mesmo período foi também o chefe do Estado-Maior (SILVEIRA, 1984). Foi na “Revista Militar” que se desenvolveu de forma mais explícita a apropriação da memória da Guerra do Paraguai que seria oficializada pelo governo civil em 1901.

A “Revista Militar” e o Projeto de uma Escrita Científica da História da Guerra do Paraguai: a Disciplinarização Política como Meta-discurso

A memória da Batalha do Tuiuti oficializada em 1901 fez parte do mesmo investimento simbólico que um determinado tipo de escrita da história da Guerra do Paraguai desenvolvido na “Revista Militar”¹ entre 1899 e 1900. Esses textos consistiram em uma representação historiográfica pretensamente científica que foi prefigurada pelo principal projeto político que constava na agenda do governo civil desde os primeiros dias do mandato presidencial de Prudente de Moraes: a disciplinarização política dos militares, que funcionou como elemento condicionante da imaginação histórica desenvolvida nas páginas do periódico em questão. Antes de analisar especificamente esses textos é preciso pensar o lugar histórico desse periódico e o seu perfil editorial. Como já foi dito, O chefe do EME, o General João Thomaz Cantuária, assumiu também posto de editor da RM. O editorial de inauguração, assinado pelo General Cantuária, foi lançado em janeiro de 1899 e nele podemos perceber as diretrizes básicas da revista:

Encetamos hoje a publicação da *Revista Militar*, cuja direção a lei concedera ao Estado-Maior do Exército, recentemente instituído entre nós. Mola real na constituição de um sistema, o Estado – Maior não pode em verdade satisfazer aos intuitos de sua criação, sem o concurso de aparelhos capazes de receber e transmitir a sua ação propulsora. E como uma de das suas principais atribuições, no problema geral da preparação do Exército, é promover a instrução técnica, destinada a aparelhar o soldado para a compreensão e desempenho de sua elevada missão, é óbvio que não poderia exercê-la sem o órgão adequado para a transmissão do pensamento (*Revista Militar*. Janeiro de 1899, p. 2).

A RM foi planejada para ser o veículo oficial de transmissão do conhecimento produzido pelo Exército e o vetor intelectual da mudança geral a que se propunha o EME. De acordo com João Thomaz Cantuária a revista traria a oportunidade de “inocular nos oficiais do Exército o apreço pela ciência e pelos estudos”. “Ciência”: era essa a questão fundamental, não só para o Exército brasileiro, mas para o mundo ocidental finissecular como um todo. Sendo assim, podemos pensar o recurso discursivo

¹ A “Revista Militar” foi extinta em 1908, quando o EME passava por uma intensa reorganização. No seu lugar foi criado, em 1911, o Boletim Mensal do Estado Maior do Exército, que até 1923 ocuparia o lugar de periódico oficial da corporação. Ver: Francisco Ruas Santos. *Coleção bibliográfica militar*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1960.

a partir do qual foi abordada a história da Guerra do Paraguai; tratou-se de uma análise historiográfica que se auto-definiu como “fundamentada na imparcialidade científica que deve ser a marca de todo relato histórico” (Revista Militar. Julho de 1899, p. 194).

Para o editor da revista o Exército brasileiro estava desde o fim da Guerra do Paraguai na mais completa apatia, quando teria começado um “período de letargia e atraso técnico que, entre outras coisas, trouxe a anarquia política para dentro do Exército” (Revista Militar. Janeiro de 1899, p.3). O problema da disciplinarização política foi o tópico mais abordado nos nove anos de vida da RM. De uma maneira ou de outra, grande parte dos textos publicados levou o leitor a refletir acerca desse assunto. Como não poderia deixar de ser, o editorial de inauguração tocou no tema da indisciplina política de alguns militares:

O que, porém, mais fortalece em nosso ânimo esta esperança não é tanto o mérito que por ventura tenha a Revista, mas sobretudo um notável fenômeno de ordem moral que se opera nas camadas do exército. Praz-nos registrá-lo porque lobrigamos através dele o signo de uma nova era que talvez em breve raiará; queremos aludir a pronunciada tendência que de tempos pra cá se tem manifestado no seio da oficialidade brasileira – tendência que se traduz no desejo ardente de saber, na dedicação ao estudo, no culto da profissão, e que seguramente é despertada, não só pelo movimento geral de reconstrução dos exércitos – que agita os espíritos e preocupa a atenção dos pensadores em todos os países civilizados – como também pela lembrança dos ensinamentos que legaram as nossas recentes campanhas intestinas, nas quais tantos sacrifícios custou às nossas armas a palma da vitória (Revista Militar. Janeiro de 1899, p. 3). (Grifos Meus).

Já que o meu interesse nesse artigo é examinar a construção de uma memória oficial, analiso a partir de agora os textos que prefiguraram, nas páginas da “Revista Militar”, a abordagem da Guerra do Paraguai que foi institucionalizada em 1901; tratam-se dos artigos “O Espírito Militar”, de autoria do General João Vicente Leite de Castro, publicado entre maio e agosto de 1899, e “Subsídios para a História Militar do Brasil”, de autoria do Tenente João Borges Fortes, publicado entre outubro e dezembro de 1900. Limito-me a esses dois textos em virtude das balizas cronológicas pré-estabelecidas para esse trabalho.

Ambos os autores representaram a Guerra do Paraguai, e por consequência a Batalha do Tuiuti, como um evento militar que somente sagrou-se vitorioso em virtude

da disciplina e obediência do Exército para com o governo de então. Como já dizia Henri Bergson, um dos primeiros autores a pensar a memória como um problema filosófico, “é do presente que parte a chamada pela qual o passado atende” (BERGSON, 2006: p. 142); a memória narrada no periódico oficial do Exército no momento que estava sendo consolidada a hegemonia política dos civis esteve completamente comprometida com o projeto de desmilitarização da política nacional.

Começo minha análise pelo artigo “O Espírito Militar”, escrito pelo General João Vicente Leite de Castro e publicado na RM entre maio e agosto de 1899. Leite de Castro era um dos militares mais velhos entre aqueles que se envolveram diretamente com a RM e um dos poucos a ter atuado na Guerra do Paraguai. Outra marca importante da atuação profissional desse militar foi a sua constante produção historiográfica. Leite de Castro foi autor do compêndio “História dos Próprios Nacionais”, que foi publicado em 1874 “Jornal do Comércio” em circulação na cidade de Porto Alegre. Segundo o autor, os seus objetivos nesses estudos eram

Tratar dos fundamentos dos estabelecimentos militares, das transformações por que passaram, das administrações que tiveram e da relevância dos serviços que prestaram, dar aos contemporâneos e vindouros, subsídios para ajuizarem do que foi outrora a inteligência e a disciplina, empregadas em prol do serviço militar. (Revista Militar, maio de 1899: p. 183). (Grifos Meus)

Para Leite de Castro a inteligência e a disciplina militar nunca foram tão prezadas quanto na

Guerra da Tríplice Aliança, quando a despeito dos custos humanos e materiais que oneraram toda a pátria o Exército, personificado nos seus soldados que concentrados apenas na defesa da nação e na fidelidade ao governo estabelecido, conquistou a mais brilhante de todas as nossas vitórias. Historiar esses acontecimentos é uma missão superior a ser feita em pró da evolução do Espírito Militar brasileiro, tão abalado pelos últimos acontecimentos que comprometeram a imagem dessa magnânima instituição em todo o país (Revista Militar, maio de 1899: p. 183). (Grifos Meus)

A análise cuidadosa do texto de Leite de Castro demonstra o compromisso da interpretação histórica empreendida pelo autor com o mesmo projeto político que criou

o EME e a RM. Outro aspecto importante do texto que deve ser observado é a estratégia persuasiva adotada para dar “sensação de verdade” ao relato. Leite de Castro afirma que

Os relatos que ora submeto a apreciação dos colegas militares foram produzidos após fatigante consulta aos documentos oficiais, testemunhos de antigos servidores e minha memória. Tudo que escrevo corresponde à verdade dos fatos, escrevo sem paixão, escrevo sem envolvimento político, escrevo com o único intuito de trazer à luz os acontecimentos que representaram o que de mais nobre já teve o Exército Brasileiro (*Revista Militar*, maio de 1899: p. 185).

Para Leite de Castro, a “autópsia” somente é válida quando desprovida de paixões e fundamentada nas fontes oficiais. Para o autor a evocação das campanhas passadas somente faz sentido quando

Acentua o espírito da corporação, tão necessária na vida militar, elemento de confraternização que leva a fazer com que todos se portem como irmãos, sem ressentimentos, tendo sempre por objetivos a sacrossanta imagem da nossa cara pátria. Novos tempos de paz surgem no horizonte, o conagraçamento entre todas as raças, entre civis e militares (*Revista Militar*, maio de 1899: p. 184).

Em linhas gerais, podemos encontrar essa mesma apropriação da Guerra do Paraguai no artigo “Subsídios para a História Militar do Brasil”, escrito pelo Tenente João Borges Fortes e publicado entre outubro e dezembro de 1900. A principal característica do texto de Borges Fortes é o interesse pelo aspecto técnico, pelos detalhes organizacionais das forças do Exército em atuação na Guerra do Paraguai. O objetivo do autor é escrever a história da participação do primeiro regimento de artilharia na Guerra do Paraguai, que segundo ele foi o “momento de mais elevada coragem e qualificação técnica do nosso Exército, fato que somente foi possível devido a disciplina que grassava entre todos os militares” (*Revista Militar*, outubro de 1900: p. 231). Da mesma forma como fez Leite de Castro, Borges Fortes fundamentou sua narrativa na constante, e por vezes exaustiva, referência a documentos. Para o autor,

Há considerável número de trabalhos históricos sobre as nossas guerras, principalmente sobre o período de 1864 a 1870, quando aconteceram os principais capítulos da história militar do Brasil. Por outro lado, grande parte dos trabalhos históricos produzidos sobre esses acontecimentos não merecem esse nome porque são em grande parte produtos de interesses políticos

ou simples memórias de veteranos que pelejaram nos campos paraguaios. Diferente é o que desejamos fazer; um trabalho científico, comprometido com a verdade dos fatos e ancorado em criteriosa pesquisa (*Revista Militar*, outubro de 1900: p. 231). (Grifos Meus)

Para o autor envolvido com a RM o relato histórico deveria ser fundamentado nos cânones da erudição e no trabalho metódico da pesquisa de arquivo. Tratava-se de uma operação intelectual disciplinarmente elaborada e enquadrada no “modelo científico” que tanto encantava os homens do século XIX, exatamente como “rezava a cartilha” do novo modelo de Exército idealizado pelo programa de reformulação institucional que o governo civil tentava implantar.

A Celebração de Oficialização da Memória da Batalha do Tuiuti: o Desenlace de um Investimento Político-simbólico

Desde 1896 o governo civil e os setores legalistas do oficialato do Exército comemoravam anualmente, no dia 24 de maio, a Batalha do Tuiuti (OLIVEIRA, 2011). Com o passar dos anos essa comemoração foi se tornando, ainda que não oficialmente, a principal festividade militar brasileira. Nas comemorações realizadas em 1900, um ano antes da oficialização, é possível perceber a importância que o governo dava a essa memória. Nesse ano, após as tradicionais celebrações realizadas na Praça XV de Novembro, o Presidente Campos Sales, juntamente com sua casa militar, promoveu uma pomposa celebração no pátio do Ministério da Guerra. Na edição de junho da RM, na seção “Notícias Militares”, podemos encontrar uma reportagem acerca dessa cerimônia. É interessante observar o protocolo adotado no evento; os militares em fila no pátio central da sede do Ministério da Guerra, ao som da banda oficial da corporação e submetidos à revista do ministro Mallet, que discursando disse:

É com prazer que ocupo o cargo de Ministro na Guerra dessa República quando ela homenageia os bravos soldados que em 24 de maio de 1866 hipotecaram suas vidas pelo bem da pátria, liderados por tão ilustres generais. Esse dia deve ser imortalizado na memória militar como a maior lição prática de bravura, profissionalismo e disciplina já ensinada (*Revista Militar*, junho de 1900: p. 234).

O ministro falou voltado para os bustos de Osório, Caxias, Cunha Matos e Conde d'Eu. Era esse o panteão de heróis militares a ser cultuado. É muito curiosa a presença de Conde d'Eu, considerado pelos líderes do movimento republicano o “Luís XVI dos trópicos” (SCHWARTZ, 1998). O governo civil, juntamente com a burocracia militar, buscou o conagraçamento, até mesmo, com a memória do General militar mais identificado com a dinastia dos Bragança: o príncipe consorte, o genro do imperador. Esse esforço em construir um passado harmônico teve lugar em um momento em que a República já estava plenamente consolidada. As relações diplomáticas outrora comprometidas (com Portugal e Itália durante o governo de Floriano Peixoto) foram devidamente restauradas a partir do governo de Prudente de Moraes e a militância política dos monarquistas já havia sido anulada quase por completo (MONACO, 1992). A República não mais estava em perigo. A grande questão passava a ser a disputa pelo modelo político dentro da estrutura republicana. Em outras palavras: a definição dos detentores do poder. Segundo Renato Lessa, foi nesse momento que o modelo oligárquico idealizado pelas elites vinculadas à economia cafeeicultora sagrou-se vitorioso (LESSA, 2003).

Era um momento de busca pela estabilização também no campo simbólico. Todos poderiam ter um lugar na memória desprovida de conflitos que o poder civil e a burocracia militar desejavam construir. Até mesmo o marido da herdeira do trono, aquele que seria Imperador se o terceiro reinado tivesse existido, teve direito a um busto no rol dos heróis militares da pátria. Diferentemente dos primeiros anos da República, a Monarquia não ameaçava mais. O grande elemento de crise estava em uma parcela da mocidade militar ainda identificada com o jacobinismo florianista. A nova memória da Guerra do Paraguai foi destinada, principalmente, para essas mentes. O objetivo era ensinar a história de um conflito que colocou em risco a honra e a soberania do Brasil, que somente foi salvo por conta da harmonia entre força militar e poder político. Esperava-se que essa história ensinada fosse apreendida e celebrada como o grande modelo para a ação no presente. Por outro lado, seria preciso um investimento maior para que essa mensagem tocasse a sensibilidade cívica dos alunos da Escola Militar e das praças ainda saudosistas dos anos da ditadura florianista. Tratou-se da cerimônia de oficialização da memória da Batalha do Tuiuti, realizada em 24 de maio de 1901.

A preparação e a realização da cerimônia pública que oficializou o aniversário da Batalha do Tuiuti como a principal data do calendário simbólico do Exército foram amplamente cobertas pela imprensa da época. No dia 21 de maio de 1901 o jornal “A Tribuna” publicou uma matéria acerca dos preparativos para a comemoração. Em ordem do dia o General Francisco de Paula Argolo, Comandante do quarto distrito militar, ordenou que os 1º, 7º, 10º e 23º batalhões fossem em trajes de gala prestar continência à estátua de Osório, definido como:

O bravo comandante brasileiro na Batalha do Tuiuti, a maior de toda a história da América quando tomados pelo mais nobre patriotismo os soldados brasileiros lutaram, sangraram, morreram e venceram. Foi a vitória de todo um povo, de toda a nação (Jornal “A tribuna”, 21 de maio de 1901).

A oficialização da memória da batalha do Tuiuti foi a representação de um passado ideal que deveria servir como modelo para o futuro. Se lá - na experiência pretérita - a nação brasileira havia se sagrado vitoriosa na batalha contra “o imoral inimigo” por conta da “harmonia existente entre os seus filhos” aqui - o presente do qual partiu o chamado dessa memória – esse exemplo deveria ser seguido.

O *Grand Final* da cerimônia realizada na praça XV de novembro foi a entrada triunfal do Presidente da República. Campos Sales chegou ao lugar onde acontecia o evento logo depois do discurso do Ministro Mallet às 11:30. O chefe de Estado pediu a palavra e declarou publicamente que dali em diante o dia 24 de maio “simbolizaria a honra e fidelidade do glorioso Exército Brasileiro” (Jornal “A Tribuna”, 25 de maio de 1901). Entretanto, as comemorações não terminaram na Praça XV de Novembro; o dia ainda seria longo para as autoridades envolvidas na oficialização dessa memória.

Logo após a cerimônia pública realizada na Praça XV de Novembro, o Presidente da República, o Ministro da Guerra, o Comandante do EME e outras autoridades foram a Niterói inaugurar o Porto de Imbuí. A cobertura dessa cerimônia foi publicada na edição de junho da RM. O texto foi escrito pelo General Cantuária, chefe do EME e editor da revista, para quem “o dia 24 de maio representou a vitória do Exército, do Estado e de toda a coletividade da nação” (“Revista Militar”, junho de 1901: p. 224).

No dia em que 35 anos antes, nossos irmãos morriam em campos estrangeiros, com o nome da Liberdade aos lábios e a imagem da pátria ao peito, era natural que o patriotismo se manifestasse para perpetuar o nome glorioso do exército brasileiro. E não foram só os militares que sentiram a necessidade de comemorar essa data! Os civis também associaram-se, o que não é de estranhar, porque a pátria é uma e indivisível e não deve predominar o espírito de casta, quando se ergue na História o nome glorioso de um chefe, ou quando se trata de glorificar aqueles que morreram cobertos de louro, embora sem terem atingido o desideratum (“Revista Militar”, junho de 1901: p. 224). (Grifos Meus).

Para o chefe do EME a casta do militarismo não deveria predominar no Brasil. A memória da Batalha do Tuiuti foi chamada para servir de exemplo a esse conagraçamento, que era uma questão para o presente evocador e não para o passado evocado.

As grandes dores, como as grandes alegrias, nascem e morrem no coração. Festeja-se a data 24 de maio, mas chorava-se os irmãos mortos. Há muitas vezes nos olhos lágrimas de riso e no coração risos de dor. O Brasil, de pé sobre a escada do passado, entrega a coroa de louros aqueles que souberam morrer, trocando o achego da família pela amizade dos camaradas, o leito da casa pelo chão da barraca, e a música do passeio pelo hino da vitória (“Revista Militar”, junho de 1901: p. 225).

De acordo com a reportagem, às 3:30 da tarde chegaram o Presidente e as autoridades militares, do Exército e da Marinha, ao Porto de Imbuí. Assim que terminou a cerimônia de inauguração, as autoridades seguiram para a celebração de assinatura do decreto de oficialização da memória da Batalha do Tuiuti que seria realizada na Biblioteca do Exército, localizada no prédio do Ministério da Guerra. De todas as cerimônias que marcaram as festividades realizadas em 24 de maio de 1901, essa foi a que teve um perfil propriamente militar. O evento começou por volta de 19h30min h, quando uma comissão de veteranos da Guerra do Paraguai,

Irmãos que ao sol de 24, viram a lucta no campo, com as armas na mão depositaram uma coroa de louros, com a inscrição “À memória dos generais que conduziram o Brasil à vitória na Guerra do Paraguai”, perto dos bustos de Osório, Caxias, Cunha Matos e Conde d’Eu. Essa homenagem mostrou que para um militar a pátria não faz questão de filiação política, mas sim de bravura, competência profissional e patriotismo (“Revista Militar”, junho de 1901: p. 225).

Mais uma vez a Batalha do Tuiuti foi representada como um ato militar vitorioso caracterizado pela bravura, disciplina e patriotismo de militares que, a despeito das ideologias políticas, foram fiéis aos seus superiores.

O sr Marechal Jardim, em nome da comissão, fez uma alusão relativa ao ato, terminando ao som do hino nacional pelas fanfarras da brigada e desfilar das tropas em continência aos bustos, provando que os “vivos são sempre a cada vez mais, governados pelos mortos”. Logo após o Sr Presidente Campos Salles falou algumas palavras de apreço ao Exército e assinou o decreto que tornou o 24 de maio a principal data comemorativa do Exército brasileiro. Ao terminar, o Sr Presidente saldou os bustos dos heróis, sendo acompanhado pelas pessoas ali presentes. Às 9 horas da noite estava terminada a sessão e com ela as festas de caráter militar, que lembravam a Batalha de Tuiuti (“Revista Militar”, junho de 1901: p. 228).

Estava feito, fora oficializada uma apropriação civilista da Guerra do Paraguai que a partir de então deveria ser o fundamento da memória militar.

Conclusão

Em sua fenomenologia da memória Paul Ricœur chama atenção para a necessidade de analisar os usos e representações do passado na historicidade que lhes é própria, ou seja, na dinâmica específica do seu tempo de produção (RICOEUR, 2007). Em outras palavras, somente é possível lembrar o passado com os “pés fincados no presente” e, por isso, o lugar de onde se lembra é fundamental para os contornos da memória evocada. Nesse artigo eu examinei a oficialização de uma memória construída no momento em que a República brasileira atravessava um momento de transição: os militares, proclamadores do novo regime, foram desalojados do comando político, que passou a ser exercido pelos civis diretamente ligados à agro-exportação de café. Contudo, como procurei demonstrar ao longo dessas linhas, esse processo de reconfiguração política não aconteceu sem que parte do Exército, justamente os militares fiéis aos princípios do jacobinismo florianista, tentasse comprometer a consolidação da hegemonia política dos civis.

Como não poderia deixar de ser, os governos civis não ficaram passivos frente às manifestações de rebeldia protagonizadas pela “mocidade militar”; muito pelo contrário, desde os primeiros momentos do governo do primeiro Presidente civil da República brasileira, foi montado um grande aparelho repressor destinado a desmobilizar politicamente os setores mais arredios do Exército. Essa repressão assumiu várias formas, indo desde a ação policial, através de grandes batalhas campais promovidas nos principais espaços públicos do centro da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, até a definição de um calendário comemorativo que fez do dia 24 de maio, aniversário da Batalha do Tuiuti, a principal data da simbologia oficial da instituição militar em questão.

Nesse sentido, em uma primeira visada, a hipótese que apresentei nesse artigo, de que a memória oficializada em 1901 representou a vitória de um projeto civilista para a memória militar, pode indicar que considero o Exército uma espécie de “marionete” manipulada ao sabor dos interesses das oligarquias civis. Contudo, esse equívoco é facilmente resolvido pela perspectiva a partir da qual pensei essa corporação, que não pode ser vista como algo homogêneo que teria agido de forma igualmente homogênea diante dos acontecimentos em questão. Pelo contrário, o Exército era marcado por clivagens internas que dividiam os militares em grupos que se posicionaram de forma diferente em relação aos primeiros governos civis. Se por um lado era verdade que um grupo de militares ofereceu radical oposição ao projeto de desmilitarização da política nacional, por outro, é igualmente verdadeiro, que setores do oficialato militar foram fiéis a esse projeto. Foi em meio a esses conflitos, internos e externos ao Exército, que analisei a oficialização da memória da Batalha do Tuiuti.

Referências

Fontes

“Almank Militar” do Ministério da Guerra. Edições publicadas entre 1881 e 1901.

ESTEVES, Diniz (ORG). Documentos históricos do Estado-Maior do Exército. Edição do Estado Maior do Exército: Brasília, 1996.

Jornal “Diário de Notícias”. Edições publicadas entre 1890 e 1901.

Jornal “A Gazeta de Notícias”. Edições publicadas entre 1890 e 1901.

Jornal “A Tribuna”. Edições publicadas entre 1890 e 1901.

Jornal “Jornal do Brasil”. Edições publicadas na década entre 1890 e 1901.

Jornal “O Paiz”. Edições publicadas ao longo da década de 1890.

Bibliografia

BERGSON, Henri. *Memória e Vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOURDIEU, Pierre . *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo Perspectiva 2005.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JANOTI, Maria de Lourdes Mônico. *Os subversivos da república*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.

LESSA, Renato. *A invenção da república*. Rio de Janeiro: Vértice, 2003.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. *As armas e as letras: a Guerra do Paraguai na memória oficial do Exército Brasileiro (1881-1901)*. Dissertação de Mestrado: PPGHIS/UFRJ, 2011.

REIS, Suely Robles. *Os radicais da república*. 1º ed, Brasília: Ed. Brasiliense, 1986.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Ed Unicamp, 2007.

SCHWARZT, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.